

PRÁTICAS AMBIENTAIS: ALDEIA VERSUS CIDADE

Genivaldo Flores Da Silva
PG/UEMS
Marlon Leal Rodrigues
NEAD/UEMS

Resumo: A presente pesquisa trata sobre as práticas ambientais e culturais indígenas da etnia terena nas aldeias, bem como analisar a migração de jovens e adolescentes indígenas da etnia terena do município de Miranda e Aquidauana para a cidade de Campo Grande/MS e as possíveis consequências porquanto a perda e/ ou transformações de práticas culturais indígenas. Nessa pesquisa, está descrito especificamente a formação da Comunidade Indígena Água Bonita, situado ao norte de Campo Grande/MS, na distância de 13 km do centro da cidade. E a implantação da horta comunitária com o cultivo de hortaliças folhosas, cultivadas por 22 famílias indígenas residentes na comunidade. As quais para a construção da horta comunitária realizou - se o cadastramento das famílias moradores da comunidade e a divisão dos terrenos. As famílias cadastradas participaram de cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - (SENAR), relacionados à construção e manejo de hortaliças folhosas. As conclusões obtidas nessa pesquisa apontam que com a migração de jovens e adolescentes indígenas para a cidade e a convivência com não os indígenas (purutuye) no meio urbano, fizeram com que os jovens indígenas perdessem as práticas tradicionais ambientais e culturais e também a fala na língua terena.

Palavras-chave: Práticas ambientais indígenas; Migração; Cidade.

Abstract: The present work deals with indigenous environmental and cultural practices of the Terena ethnic group in the villages. The objective of this study is to analyze the migration of indigenous youths and adolescents of the Terena ethnic group from the municipality of Miranda and Aquidauana to the city of Campo Grande / MS and its consequences for the loss and / or transformation of indigenous cultural practices. In this work, it is specifically described the formation of the beautiful water Indigenous Community, located north of Campo Grande / MS, at a distance of 13 km from the city center. And the implementation of the community garden with the cultivation of hardwood vegetables, cultivated by 22 indigenous families living in the community. As a methodological procedure for the construction of the community garden, the registration of indigenous families living in the community and the division of land was carried out. The registered families participated in courses offered by the National Service of Rural Learning - (SENAR), related to the construction and management of hardwood vegetables. The results obtained in this study indicate that with the migration of indigenous youth and adolescents to the city and living with non-indigenous people (purutuye) in the urban environment, many of them lost environmental and cultural practices.

Keywords: Environmental Practices indigenous; Migration; City

LISTA DE ABREVIATURAS

AGRAER	Agência Nacional de Desenvolvimento Agrário
APP	Área de Preservação Permanente
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul
FETTAR	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais no Estado de Mato Grosso do Sul
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIN	Posto Indígena
RANI	Registro de Administrativo de Nascimento de Indígenas
SAS	Secretaria Municipal de Ações e Assistência Social
Sedhast	Subsecretaria de Estado de Direitos Humanos Assistência Social e Trabalho
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Introdução

A prática ambiental e cultural dos povos indígenas vem sendo desenvolvida ao longo de muitos anos, tais práticas são tradicionalmente ensinadas aos jovens indígenas pelos anciões das aldeias mesmo antes da chegada dos portugueses no Brasil em 1500.

Segundo Bittencourt (2000), “a população indígena no Brasil é constituída por aproximadamente 200 povos de etnias diferentes e falam 170 línguas diferentes, que corresponde a 250 mil indígenas, cada um com seus costumes, crenças e tradições”. Ainda, os indígenas da etnia terena habitam nas regiões dos rios Aquidauana e Miranda que são afluentes do Rio Paraguai.

De acordo com Oliveira e Pereira (2007), os indígenas terenas antes de se instalarem no Estado de Mato Grosso do Sul, habitavam na região conhecido como “Exiva” e a prática de agricultura tradicional, produção de cerâmica, e tecelagem sempre fizeram parte da cultura terena, como meio de sobrevivência.

O direito a esta diferença em manter a língua e costumes tradicionais é garantido pela Constituição Brasileira de 1988 pelo artigo 231:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças, tradições e os direitos originários sobre as terras que

tradicionalmente ocupam competindo à União demarcá-las, proteger e respeitar todos os seus bens’”’.

Atualmente, muitos indígenas não se identificam como indígenas, e passam despercebidos no momento do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Isso, dificulta a contagem real na quantidade de indígenas brasileiros existentes. Dentro deste contexto observa - se que:

Desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reetinização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas. (LUCIANO, 2006, p. 28).

Cada etnia indígena existente no Brasil tem as suas particularidades no que se refere à cultura e costumes tradicionais. Por exemplo, o trabalho desenvolvido pelos indígenas da etnia terena em suas aldeias é a prática da agricultura tradicional, com o método da utilização de adubo orgânico, com os restos de folhas e de vegetais em decomposição e o cultivo principalmente de mandioca, batata, milho e feijão e também a pecuária.

Na prática da agricultura, as técnicas de plantio realizadas pelos indígenas terenas sempre foram a partir dos conhecimentos culturais tradicionais e realizados de forma braçal. O momento exato do plantio era baseado principalmente na estação lunar.

Ainda, as condições climáticas e ambientais daquela época eram favoráveis para garantir uma boa produtividade das espécies cultivadas, devido a uma grande incidência de chuva, pouca radiação solar e as terras apresentavam boa fertilidade.

O cultivo de legumes e de grãos sempre fez parte da cultura tradicional dos indígenas terenas desde os seus antepassados. Os produtos colhidos são usados para o próprio consumo e quando produzidas em grande escala, uma parte são vendidas.

Os indígenas sempre tiveram a preocupação de preservar a natureza, por exemplo, a retirada de madeira é de forma controlada e sustentável sendo utilizada somente na construção de casas, construção de artesanatos etc.

Os povos indígenas em geral são ricos em diversidades culturais e ambientais, desde as suas crenças, religiões, culinária, preservação da língua materna, danças, jogos, pinturas, produção de artesanatos, histórias, mitos e cultivo de plantas medicinais para a produção de remédios caseiros etc.

Isso engloba os conhecimentos tradicionais indígenas desde a antiguidade e são repassadas aos jovens e adolescentes indígenas pelos anciões que vivem nas aldeias até os dias atuais. Sendo uma forma de manter essas riquezas tradicionais indígenas para que elas não se percam.

Após a criação da Constituição Federal de 1988, todas essas diversidades culturais e os direitos dos povos indígenas passaram a ser garantidas e reconhecidas como constitutiva do Estado Brasileiro. A partir daí os indígenas passaram a ter os direitos de um cidadão brasileiro.

Alguns documentos internacionais foram importantes e auxiliaram na criação e na garantia de políticas indigenistas nacionais como: A Convenção nº 169 sobre os Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 143 de 25 de julho de 2002; e a Declaração das Organizações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007).

A sobrevivência dos indígenas no passado era baseada na caça e na pesca, mantendo um convívio harmônico com a natureza, e extraindo do meio ambiente somente o necessário para a sua sobrevivência. Assim, colaborando na preservação da flora e a fauna, para a sobrevivência de gerações futuras.

De acordo com a Constituição de 1988, no Estatuto do Índio, Decreto 1.141/94; o artigo 24, dita que o uso fruto das terras compreende o direito à posse, uso e percepção das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras ocupadas. O parágrafo segundo do comando legal citado garante ao índio o exercício exclusivo da caça e pesca nas terras por eles ocupadas.

Após a chegada dos portugueses no Brasil em 1500, a realidade na vivência da população indígena veio a sofrer mudanças drásticas, pois na convivência com o não

indígena, foram aprendendo uma nova cultura, deixando de praticar as suas próprias culturas tradicionais.

Com a chegada dos portugueses no Brasil, as culturas e costumes tradicionais indígenas foram ficando no esquecimento e conseqüentemente na perda da cultura, citando como exemplo a perda da língua materna, produção de comidas típicas, crenças, danças, jogos, desenhos corporais, produção de artesanato e a prática da agricultura tradicional. Essas perdas refletem até os dias atuais.

Atualmente, a realidade da população indígena terena especificamente do Estado de Mato Grosso do Sul nos modos de sobrevivência é totalmente diferente a dos indígenas do antepassado. Com o passar do tempo e as mudanças nas variações climáticas e ambientais, como a radiação solar excessiva e a escassez de chuva, tornou-se inviável permanecer morando nas aldeias de origem e sobreviver somente da prática de agricultura, a caça e a pesca. Com isso, houve a migração de famílias indígenas para centros urbanos.

De acordo com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2010), nos últimos 150 anos, 80% das emissões de gases ao efeito estufa, ocorrem através da queima de combustíveis fósseis, desmatamento e a exploração insustentável de recursos naturais. Esses fatores associados contribuem para as mudanças climáticas da Terra e o aquecimento global. E como consequência, houve aumento excessivo da temperatura, redução de chuvas, e a extinção de algumas espécies de plantas e animais.

Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2012b) afirma que atualmente a Terra tem sofrido com a degradação generalizada dos ambientes de cultivo, devido à escassez de recursos do solo e da água em função do uso cada vez mais intensivo do solo, o que coloca em risco os sistemas essenciais de produção de alimentos.

Ainda, de acordo com a FAO pelo menos 25% dos solos do planeta já foram degradados. Desta forma os meios e sistema de produção de alimentos têm pela frente desafios de como alimentar uma população que pode chegará 9 bilhões em 2050.

Com todas essas mudanças climáticas que vem ocorrendo ao longo do tempo, as condições de sobrevivência dos indígenas nas aldeias somente com a prática de agricultura tornaram se inviáveis.

Assim, muitas famílias indígenas migraram para cidade, na esperança de uma boa qualidade de vida, em busca de oportunidade de trabalho, como também nos cuidados com a saúde e principalmente na continuação dos estudos de seus filhos para o ingresso na universidade.

Segundo Cavalcante (2013), muitas famílias indígenas terenas migraram - se para diversas cidades do Estado de Mato Grosso do Sul como Campo Grande, Aquidauana e Miranda, devido a diversos fatores como conflitos com os produtores rurais, conflitos políticos internos, dificuldades no atendimento à saúde, ausência de emprego nas aldeias, conflitos religiosos.

Os indígenas ao ocuparem os espaços no centro de Campo Grande, muitos faziam comercialização de artesanatos, produtos da roça que eram produzidas em suas aldeias. Assim os indígenas foram obtendo uma maior relação no espaço urbano.

De acordo com Haesbaert (2010), com a intensificação do processo de desterritorialização manifestado pela Terra Indígena - Cidade houve aumento de famílias indígenas vivendo em áreas urbanas, vindo a ocupar terrenos baldios e construindo barracas nas periferias dos bairros Tiradentes, Nova Lima, Jardim Noroeste entre outros.

Mesmo morando na cidade, a preservação das práticas culturais tradicionais indígenas é muito importante principalmente para os jovens e adolescentes indígenas, pois isso é o que mantêm a identidade indígena. A preservação da língua materna e os demais costumes que fazem parte da tradição cultural indígena dos terenas.

Uma maneira que os pais que moram na cidade acharam para que os seus filhos não perdessem totalmente a cultura, foi ensinar a língua materna, contar histórias do povo terena, ensino de mitos, pinturas corporais, jogos etc. Ressaltando que nem todos os pais fazem essa prática de ensinar a cultura tradicional para os seus filhos.

A migração das famílias indígenas para a cidade de Campo Grande resultou em algumas desvantagens, principalmente para as crianças, jovens e adolescentes indígenas. Na convivência com os professores e alunos não indígenas nas escolas, os alunos indígenas foram aprendendo uma nova cultura e deixando de praticar a sua própria cultura tradicional, dando ênfase principalmente no ensino da língua portuguesa nas escolas.

Outro ponto a ser destacado é o confronto ou choque cultural sofrido pelos indígenas que migraram para cidade. Pois, é uma cultura e costume totalmente diferente vivida dentro de uma aldeia indígena.

Um dos maiores desafios que a maioria dos indígenas enfrentaram pela sociedade quando migraram para cidade foi o preconceito e a discriminação pelo fato de ser indígena. A sociedade vê o índio de forma diferente, com um ser incapaz e acha que lugar de “índio” é viver no mato, bem distante da cidade.

Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a migração de jovens e adolescentes da aldeia para cidade e suas consequências com a perda e ou transformações de práticas ambientais e culturais indígenas.

A construção da horta comunitária na Comunidade Indígena Água Bonita aproximou os jovens e adolescentes indígenas a exercer as práticas ambientais e culturais usadas nas aldeias de origem, com técnicas ensinadas pelos anciões, na prática da agricultura tradicional.

Para a construção da horta comunitária, foram cadastradas 22 famílias residentes na Comunidade Indígena Água Bonita e que estavam desempregadas. Cada família recebeu terreno com uma área de 10x20, que equivale a 200 metros quadrados de área por família para construção da horta e cultivo das culturas folhosas.

Foram distribuídas para todas as famílias do projeto, kit com ferramentas para o preparo do solo e construção de canteiros. As sementes, mudas e adubos eram fornecidas pela empresa Casa da Semente em parceria com a prefeitura municipal de Campo Grande/MS. A construção dos canteiros foi realizada de maneira coletiva pelos alunos, após o afofamento do solo, após isso, realizou-se a irrigação para receber o transplante de mudas. Para a irrigação de todas as hortas pelo sistema de aspersão, foi necessário instalar uma caixa d'água de 20 mil litros próximo aos canteiros, para atender todas as famílias.

No controle de pragas, principalmente de fungos, utilizou-se caldas de fumo, feito da mistura de sabão, fumo e água em garrafas pet de 2 litros. E também o processo de catação, eliminando as partes afetadas pelos fungos. Foi utilizado também alguns biofertilizantes na preparação da calda bordalesa, produtos considerados de baixa toxicidade.

Após o plantio das sementes e mudas, o trabalho nos cuidados com a horta por parte das famílias do projeto foi diário, sendo irrigado 2 vezes ao dia, na parte da manhã e no final da tarde. Ainda, houve também o acompanhamento técnico ao longo do desenvolvimento das espécies de hortaliças folhosas cultivadas até a colheita.

Descrever sobre a cultura indígena especificamente da etnia terena de todas as aldeias é complexa, são várias aldeias e as famílias indígenas de cada aldeia têm a sua especificidade na maneira de sobrevivência, como o tipo de cultura a ser cultivado, o ensino da língua materna etc. No município de Aquidauana/MS e Miranda/MS, concentram - se a maior parte dos indígenas da etnia terena.

De acordo com Fialho (2010), as aldeias indígenas são independentes umas das outras em questões políticas internas. Cada aldeia possui um líder que antigamente era chamado de “nâti”, que significa chefe indígena e atualmente é chamado de cacique.

Para formar um representante nas aldeias conhecido como cacique, é feita uma eleição parecida com a dos não indígenas, com duração de quatro anos. O cacique eleito tem a autoridade e autonomia política dentro da aldeia e também é o responsável para dialogar em nome da comunidade com o prefeito dos municípios a qual as aldeias pertencem em busca de melhoria para a comunidade.

Em três aldeias do município de Aquidauana há três Postos Indígenas (PIN) e todas são coordenadas por um indígena, que tem como responsabilidade cuidar da parte administrativa das aldeias, inclusive fazer a documentação de todos os indígenas adultos, inclusive de crianças indígenas recém-nascidos.

Este documento é conhecido como Registro de Administrativo de Nascimento de Indígenas (RANI), fornecido pela FUNAI. Assim, os três PIN que estão localizadas nas aldeias são: PIN Limão Verde, PIN Taunay e PIN Ipegue. As aldeias pertencentes ao PIN Taunay são: Aldeia Imbiruçu, Aldeia Água Branca Aldeia Morrinho, Aldeia Lagoinha, Aldeia Bananal, Aldeia Jaraguá, Aldeia Ipegue e Aldeia Colônia Nova.

Há outras aldeias indígenas da etnia terena localizados no município de Miranda/MS, Município de Sidrolândia/MS e uma aldeia indígena terena com o nome de Aldeinha localizado no município de Anastácio/MS.

Os indígenas terenas sempre tiveram como trabalho a agricultura, e a técnica utilizada por eles são conhecidos como coivara. Após a colheita, os produtos são

levados para serem vendidos em feiras livres no município de Aquidauana e Campo Grande.

A coivara é uma técnica de preparo para o plantio, que consiste em derrubada de uma pequena área, posteriormente após a secagem dos restos vegetais, faz - se a queima. Essa técnica era feita de modo controlado, para minimizar o impacto ambiental.

No passado, a técnica utilizada para dar início ao plantio era através de conhecimentos tradicionais baseadas na astrologia. Para garantir uma boa produção eram feitas cuidados como o manejo do solo, adubação natural e a diversificação de culturas ou rotação de culturas.

As variedades de plantas cultivadas eram: a mandioca, milho, arroz, feijão, batata doce e banana etc. Toda a produção agrícola era para subsistência da família. E uma parte das sementes era reservada para o próximo plantio.

Instrumentos de financiamento da atividade rural serão supridos por todos os agentes financeiros sem discriminação e o inciso III, que tem relação direta com os interesses e as necessidades dos indígenas encontramos o seguinte texto “incentivar a introdução de métodos racionais do sistema de produção visando o aumento da produtividade, a melhoria do padrão de vida das populações rurais”. (SILVA, 2008, P. 737).

Com o passar dos anos as técnicas de plantio foram se inovando, todas as aldeias começaram a receber projetos como incentivo para a prática de agricultura por parte da FUNAI.

Essa instituição faziam doações de maquinários agrícolas como tratores, óleo diesel, gradeadora, reboque, ferramentas de uso manual e sementes.

De acordo com Félix et al (2017), ao longo dos anos com o surgimento do desenvolvimento tecnológico para a prática de agricultura e com a ampliação do capital sobre o campo, somados ao contato intercultural, a agricultura rudimentar e tradicional dos indígenas Terenas sofreu alterações significativas. Essas inovações tecnológicas para a prática de agricultura nas comunidades indígenas perduram até os dias atuais.

Estado da Arte

O conceito de práticas culturais e ambientais é ampla, mas podem ser definido como a maneira e o modo de sobrevivência, costumes e diferentes modo de vida de um determinado povo de diferentes raças.

Esse trabalho relata especificamente as práticas culturais indígena da etnia terena. Pois no passado eles possuíam um modo de vida totalmente diferente dos dias atuais antes da chegada dos portugueses no Brasil. Uma das características tradicionais que fazem parte da cultura dos indígenas terena é a prática da agricultura tradicional, no cultivo de legumes e grãos, que é uma característica típica dos terenas.

Após o ano de 1500 e o contato dos indígenas com o não indígena, fizeram com que os indígenas aprendessem novas técnicas e práticas no desenvolvimento da agricultura. Ainda, aprenderam a usar roupas feitos de tecidos, ter uma alimentação totalmente diferenciada com produtos industrializados, o ensino da língua portuguesa, o ensino da catequese e outras religiões e crenças.

Essa realidade de convivências com os não indígenas perdura até os dias atuais. Atualmente muito dos indígenas que moram em suas aldeias de origem tem uma vida semelhante à dos não indígenas.

Especificamente os indígenas da etnia terena podem ser considerados como indígenas ‘modernos’, pois usam roupas, calçados, possuem celulares, notebook etc. Assim, os indígenas vivem de acordo com a evolução tecnológica tanto nas aldeias na zona rural quanto nas cidades em que vivem.

Muitos jovens e adolescentes que migraram para centros urbanos e os que nasceram na cidade ao estudarem nas escolas não indígenas e pela convivência com os alunos brancos, aprenderam a usar a língua portuguesa no dia a dia e deixaram de aprender sua língua materna.

De acordo com o censo demográfico do IBGE 2010, em Campo Grande, o número da população indígena é de aproximadamente de 5.657 indígenas vivendo na cidade, concentradas em quatro aldeias urbanas reconhecidas oficialmente e denominadas de Aldeias Urbanas.

O ensino da língua portuguesa como componente curricular, fez com os jovens indígenas aprendessem a fazer mais o uso da língua portuguesa. E acabavam se desinteressando de aprender língua terena.

Análise de Dados

O interesse de muitos jovens e adolescentes indígenas em prosseguir nos estudos após o término do ensino médio nas aldeias de origem da zona rural, e posteriormente ingressar na faculdade foi o que motivou a migração de muitas famílias indígenas de saírem de suas aldeias para morar na cidade.

As dificuldades nos cuidados com a saúde, a falta de emprego para o sustento da família e a perspectiva de terem uma boa qualidade de vida, foram uma das causas que fizeram com que algumas famílias indígenas da etnia terena migrassem para centros urbanos.

A migração dos indígenas mencionados nesse trabalho refere-se especificamente aos indígenas da etnia terena que migraram de suas aldeias principalmente do município de Miranda/MS e Aquidauana/MS e concentraram-se em diversos bairros de Campo Grande/MS.

Com o passar dos anos, mais famílias indígenas vieram para morar na cidade. Assim, a quantidade de indígenas na capital do Estado de Mato Grosso do Sul foram crescendo.

Já na cidade, devido às dificuldades de arranjar emprego e pagar aluguel, as famílias indígenas começaram a se organizar vindo a ocupar áreas desocupadas e começaram a construir barracas de madeirite e lona sendo uma alternativa de moradia. Na maioria das vezes, essas áreas pertenciam à prefeitura de Campo Grande.

De acordo com Luiz e Mara (2016), para minimizar a problemática dos indígenas por falta de moradias e com a pressão por parte das lideranças indígenas ao poder público, foi implementado construções de conjuntos habitacionais, ficando reconhecidas como aldeias urbanas, assim, surgiu à aldeia Marçal de Souza e Comunidade Indígena Água Bonita.

No ano de 2002, com a concentração de famílias indígenas de diferentes etnias, numa área que pertencia ao Estado de Mato Grosso do Sul, surgiu a Comunidade Indígena Água Bonita, cuja aldeia que também faço parte como morador é atualmente conhecida como aldeia indígena urbana que hoje abriga 198 famílias composta por cinco etnias diferentes (Terena, Guarani, Kaiwoá, Kadiwéu e Guató).

Essa comunidade indígena urbana é miscigenada, ou seja, são compostas por pessoas de raças diferentes, como brancos, negros e indígenas de várias etnias. Muitos

indígenas são casados com pessoas não indígenas (purutuye), na tradução da língua indígena terena.

Cada família mora em seus devidos terrenos que foram divididos de forma padronizada semelhante à dos bairros vizinhos, cada terreno medindo cerca de 10x20 metros de área.

Essa comunidade indígena está localizada na região norte, na distância de 13 km do centro de Campo Grande, nas proximidades do bairro Tarsila do Amaral.

A extensão total dessa área corresponde a 14 hectares, e no centro da comunidade há uma Área de Preservação Permanente (APP).

A área de Preservação Permanente é definida como uma área que pode estar coberta com vegetação ou não, mas exercendo uma função muito importante que é de preservar os recursos hídricos, margens de rios, paisagem, a biodiversidade, o fluxo gênico da fauna e flora protegendo o solo e propiciando o bem estar do ser humano (BRASIL, 2001).

Com a criação dessa aldeia indígena urbana, houve alguns problemas, através do consumo de alimentos de produtos industrializados comprados em mercados, foram gerando o acúmulo de lixo principalmente de materiais plásticos como as garrafas pet de refrigerantes e outros materiais plásticos.

Uma das alternativas para solucionar esse problema foi fazer poços mortos em seus terrenos para depositar esses lixos para depois serem queimados.

Essa é uma das práticas culturais tradicionais indígenas adotado nas aldeias da zona rural, pois não há coleta de lixo. Mas essa prática é inviável, pois com a queima desses lixos, acabam poluindo e prejudicando o meio ambiente, lançando gases tóxicos na atmosfera, sendo prejudicial à natureza como também a saúde humana.

O lixo é tudo aquilo que é produzido sem utilização e lançado fora. Mas alguns lixos podem ser reaproveitáveis pelo processo de reciclagem.

Existem dois tipos de lixo, os inorgânicos e os orgânicos e são produzidos diariamente. Os lixos orgânicos geralmente não são reaproveitáveis, destacando como exemplo, restos de comidas, cascas de frutas, restos de folhas etc. Exceto para aqueles que têm no fundo de quintais de casa um pequeno cultivo de horta, e fazem o uso de restos de verduras e folhagens de adubo.

Já os lixos inorgânicos podem ser reciclados e depois reutilizados. Fazem parte desta categoria de lixo, os materiais plásticos, papelão, garrafas pet, metais e outros.

Para minimizar o acúmulo de lixo algumas pessoas da comunidade que se encontravam desempregadas tiveram a criatividade de juntar esses materiais plásticos para ser vendidos como material de reciclagem. Onde o comprador ainda passa semanalmente de caminhão para buscar esses materiais plásticos.

Assim, sendo uma maneira de geração de renda para essas famílias e uma maneira eficiente para contribuir na preservação ambiental. Esse trabalho com vendas de materiais de reciclagem na Comunidade Água Bonita permanece até os dias atuais.

Nos últimos 10 anos, houve várias ocupações de áreas em diversos bairros de Campo Grande. Essas áreas que foram ocupadas por indígenas, atualmente são chamadas de comunidade indígena ou aldeia indígena urbana.

Em 2014 na gestão do ex - prefeito Gilmar Olarte, através do programa Mesa Mais Verde a Comunidade Indígena Água Bonita recebeu incentivo para criação da horta comunitária, em parceria e coordenação da Secretaria Municipal de Ações e Assistência Social (SAS). Esse projeto foi criado com o objetivo de desenvolver a educação ambiental como também a produção de alimentos de subsistência na comunidade indígena e o fortalecimento da agricultura família.

Assim, iniciou-se a construção da horta sendo instalada próxima a Área de Preservação Ambiental. Os terrenos foram divididos para as 22 famílias inseridas no projeto da construção da horta comunitária.

Segundo a senhora Rosilene Gisoato, assessora técnica de políticas pública da Secretária de Ações e Assistência Social (SAS), esse programa foi desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), em 2014. A criação do projeto tinha como objetivo estimular os indígenas desta comunidade a produzir o alimento para consumo próprio e também vender em feiras livres nos bairros próximos, sendo um meio de geração de renda.

As principais espécies de hortaliças folhosas cultivadas foram: almeirão, alface americana, couve, repolho e rúcula. Com o desenvolvimento dos cultivos, surgiram algumas pragas, especificamente os fungos. E o método de controle para combater essas pragas, utilizou - se produtos com baixa toxicidade e também o processo de catação.

Segundo Rosilene Gisoato (2004), os fungos comumente encontrados em cucurbitáceas e principalmente tomateiros, pimentões e quiabos e em outras culturas são conhecidos como oídio (*Sphaerotheca fuliginea*). A parte mais atacada são partes superiores das folhas e os sintomas iniciam-se com um crescimento branco pulverulento, formado por micélio, raramente causa a morte das plantas, mas reduz a produtividade e a qualidade do produto.

De acordo com Roesse, Masson e Oliveira (2011), em Mato Grosso do Sul a ocorrência do oídio foi observado nos municípios de Dourados, Anastácio, Chapadão do Sul, dentre outros estados.

No ataque de fungos, é possível fazer o uso de defensivo natural. Esses produtos podem ser preparados pelos próprios horticultores, sendo de baixo custo e de baixa toxicidade. Os produtos utilizados são biofertilizantes enriquecidos, cinzas, soro de leite e calda bordalesa. Ainda, contra-ataques de pragas, para o controle podem ser utilizadas plantas repelentes como a losna, capim cidreira e o método de catação (FERREIRA, 2006; AMBIENTE BRASIL *apud* NASCIMENTO et al. 2009).

No cultivo de hortaliças, vários fatores podem contribuir nas perdas em decorrência de doenças que surgem. Entre os fatores podem ser considerados: condições ambientais, modo de transmissão e disseminação dos patógenos. (PEREIRA; PINHEIRO, 2012).

É conveniente trabalhar com hortaliças em épocas que não ocorrem muita chuva, pois a humidade também é um fator propício para o surgimento e desenvolvimento de pragas, especificamente os fungos.

São raros os cultivares resistentes a este tipo de pragas. A irrigação por aspersão e a chuva não em excesso, tornam - se vantagens para as plantas atacadas por fungos, pois removem os esporos presentes nas folhas, auxiliando no controle dessas doenças (REIS, 2012).

Ainda, há outros meios de prevenir os cultivos contra-ataque de pragas, comumente desenvolvido em hortaliças. Geralmente os horticultores fazem o cultivo em estruturas como exemplo a estufa.

O cultivo protegido tem sido indicado na literatura como forma de propiciar condições climáticas mais favoráveis e parcialmente controladas, bem como barreira

para insetos e outros tipos de animais melhorando os índices de produtividade (BEZERRA, 2003; NASCIMENTO, SIQUEIRA, SIQUEIRA, 2011).

Na comemoração de 12 anos da criação da Comunidade Indígena Água Bonita, foi realizado o lançamento da horta comunitária com a participação do ex-prefeito Gilmar Olarte Antunes. Nessa ocasião, foram distribuídos 17 kits com sementes, adubos e mudas para as famílias inseridas no programa de horticultura. Logo abaixo, a imagem do lançamento do projeto da horta comunitária, na figura 1.



Foto: Kleber Claius, 2014.

Figura 1. Lançamento da horta comunitária

Após as primeiras colheitas de hortaliças folhosas, foi necessário fazer a rotação de cultura e diversificação das espécies. Próximos ao cultivo de hortaliças plantaram leguminosas e plantas frutíferas como a banana e maracujá.

Uma parte da produção foram doadas para as famílias moradores da comunidade e também para entidades.

Segundo os dados da Agência Nacional de Desenvolvimento Agrário (AGRAER) (2016), do município de Campo Grande, a horta comunitária da Comunidade Indígena Água Bonita é a primeira horta com cultivos de hortaliças folhosas do Brasil, sendo cultivadas por indígenas. Ao longo do projeto da horta, houve um acompanhamento técnico por parte da AGRAER.

O projeto da horta comunitária nesta comunidade tornou - se uma novidade para os próprios moradores indígenas como também para as pessoas de bairros vizinhos.

Para os indígenas terenas foi considerado um projeto diferenciado, mas ao mesmo tempo de aprendizagem.

Os indígenas da etnia terena tem como tradição cultivar apenas mandioca, batata doce e grãos. Este projeto de cultivos de hortaliças trouxe uma oportunidade de ensinar aos indígenas a cultivar novas culturas. A partir daí o projeto somente evoluiu, tornando - se um trabalho diário, sendo um meio de garantir a renda e o sustento da família.

Em 2015 a Comunidade Indígena Água Bonita foi atendida pelo Governo de Mato Grosso do Sul em parceria com o Grupo Energisa através da Subsecretaria de Estado de Direitos Humanos Assistência Social e Trabalho-Sedhast, com a instalação da rede elétrica de energia. Atualmente, a Aldeia Indígena Água Bonita conta também com a coleta de lixo, onde o caminhão passa 3 vezes na semana realizando a coleta.

Em 2017 através da Subsecretaria de Políticas Públicas para Mulher de Campo Grande pude participar como colaborador dos instrutores que ministraram o curso de Implantação e Manejo Básico de Horta, Curso de Cultivo Orgânico de Hortaliças, Curso de Produção de Adubo Orgânico, em parceria com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FETAGRI) e Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais no Estado de Mato Grosso do Sul (FETTAR).

Pelo fato de ser formado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) de Dourados, o acompanhamento ao longo do curso na parte teórica quanto na prática ocorreu de forma tranquila, pois pude lembrar e colocar em prática a parte teórica que havia estudado durante a academia.

O interesse dos alunos em participar curso foi de grande importância e de muito aprendizado, pois tudo o que foi ensinado durante o curso foi colocado em prática em suas hortas no dia a dia de forma individual. Os alunos foram participativos tanto na aula teórica quanto na prática.

A seguir a imagem do instrutor do SENAR, e os alunos participantes do Curso de Implantação do Manejo Básico da Horta na figura 2.



Figura 2. Alunos participantes do curso

Todos os cursos foram ministrados pelos instrutores do SENAR e tiveram a duração de 4 dias no período integral. Ao término dos cursos, os alunos receberam certificados. A seguir, a imagem da produção da horta comunitária na Comunidade Indígena Água Bonita, na figura 3.

Figura 3: Horta comunitária da Comunidade Água Bonita.



Fonte: Agraer, 2016.

Os resultados esperados foram satisfatórios, obtendo um bom resultado nas colheitas das espécies cultivadas com uma boa produtividade, com alimentos saudáveis e de qualidade e 100% orgânica, beneficiando a saúde humana.

Em junho deste ano de 2018, através da Prefeitura Municipal de Campo Grande, na gestão do prefeito Marquinhos Trad, em parceria com a Empresa Águas Guarirobas, foi instalada a rede de água tratada na Comunidade Indígena Água Bonita, atendendo as 198 famílias da comunidade.

Ressaltando que o projeto da horta comunitária na Comunidade Indígena Água Bonita encontra - se ativo. Foi instalado também cavaletes para as 22 famílias que fazem o cultivo de hortaliças para irrigação de suas hortas.

Recentemente no mês de novembro de 2018 iniciou-se o projeto da construção de casas populares na Comunidade Indígena Água Bonita, em parceria do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul através da AGHEAB e a prefeitura municipal de Campo Grande, para atender as famílias residentes nesta comunidade.

Considerações Finais

A trajetória histórica do povo terena vem ocorrendo ao longo de muitos anos. A etnia Terena é considerada um povo de característica guerreira. Pois na Guerra do Paraguai, os indígenas da etnia terena participaram para defender suas terras. A

sobrevivência dos indígenas nas aldeias é baseada na caça, pesca e na prática da agricultura tradicional.

A maior parte dos indígenas dessa etnia está concentrada no Estado de Mato do Sul, principalmente nos municípios de Aquidauana, Miranda e Sidrolândia por onde ocorreram as guerras segundo relatos encontrados em pesquisas e livros de história.

Após a guerra e o contato direto com o homem branco conhecido como (purutuye) nas aldeias, muitos indígenas pai de família, acabaram aprendendo a falar a língua portuguesa. Essa facilidade de aprender a se comunicar na língua portuguesa, na visão do indígena era vantajosa, pois contribuía para que esses indígenas conseguissem arrumar trabalho. E muitas vezes, esses indígenas saíam de suas aldeias indo morar nas cidades e fazendas devido ao trabalho para sustento de suas famílias.

Essa migração dos indígenas das aldeias para a cidade ocorre até os dias de hoje. Isso tem trazido vantagens e desvantagens ao povo da etnia terena. Como desvantagens, houve grandes perdas da cultura indígena Terena, citando como exemplo a pintura, dança construção de artesanato e principalmente a perda do idioma terena por parte das crianças, jovens e adolescentes indígenas, pois muitos já não entendem e nem falam e não tem o interesse de aprender.

Se porventura essa realidade não mudar, a etnia terena poderá sofrer futuramente sérios riscos de extinção.

Como vantagem da migração dos indígenas para centros urbanos, atualmente há um grande número de jovens formados em nível superior em diversas áreas como na área de educação, saúde, direito, turismo e assistência social.

Após a formação, muitos desses profissionais indígenas optam em voltar para as suas aldeias para trabalhar na comunidade. Outros acabam conseguindo espaço no mercado de trabalho, posteriormente casando - se com mulheres não indígenas e permanecendo na cidade.

Referências

BRASIL, MEDIDA PROVISÓRIA 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001. ALTERA OS ARTS. 10, 40, 14, 16 E 44, E ACRESCE DISPOSITIVOS À LEI N. 4.771 DE



1965: CÓDIGO FLORESTAL.BRASÍLIA,DF,2001.DISPONÍVEL
EM:<[HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/CR/V41N7/A5611 CR4051.PDF](http://www.scielo.br/pdf/cr/v41n7/a5611_cr4051.pdf)> ACESSO EM:
26 NOV. 2018.

BETTIOL, W. LEITE DE VACA CRU PARA O CONTROLE DE OÍDIO.
COMUNICADO TÉCNICO.JAGUARIÚNA: EMBRAPA MEIO AMBIENTE, 2004.
DISPONÍVEL EM:
<[HTTP://WWW.CNPMA.EMBRAPA.BR/DOWNLOAD/COMUNICADO_14.PDF](http://www.cnpma.embrapa.br/download/comunicado_14.pdf)>.
ACESSO EM: 23 NOV. 2018.

BEZERRA, F. C. PRODUÇÃO DE MUDAS DE HORTALIÇAS EM AMBIENTE
PROTEGIDO. FORTALEZA: EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL, 2003.
21P. (EMBRAPA AGROINDÚSTRIA TROPICAL. DOCUMENTOS, 72)
DISPONÍVEL EM:
<[HTTP://WWW.CNPAT.EMBRAPA.BR/CNPAT/CD/JSS/ACERVO/DC_072.PDF](http://www.cnpat.embrapa.br/cnpat/cd/jss/acervo/dc_072.pdf)>.
ACESSO EM: 23 NOV. 2018.

BITTENCOURT,C,M.; LADEIRA,M,E. A HISTÓRIA DO POVO TERENA.
BRASÍLIA: MEC, 2000,156P.

CAVALCANTE,T,L,V. COLONIALISMO, TERRITÓRIO E TERRITORIEDADE: A
LUTA PELA TERRA DOS GUARANI E KAIOWA EM MATO GROSSO DO SUL –
TESE (DOUTORADO EM HISTÓRIA), ASSIS, SP: UNESP,2013.

FÉLIX ET AL. LIVRO JC NA ESCOLA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE:
MOBILIZAR O CONHECIMENTO PARA ALIMENTAR O BRASIL. AVAÍ/SP,
2017.

FERREIRA, M. L. PRODUÇÃO ORGÂNICA DE HORTALIÇAS. PROJETO
HORTAS CASEIRAS E COMUNITÁRIAS. MINAS GERAIS. AGOSTO, 2006.
DISPONÍVEL EM:
<[HTTP://WWW.FUNCESI.BR/PORTALS/1/CARTILHA%20SITE.PDF](http://www.funcesi.br/portals/1/cartilha%20site.pdf)>. ACESSO
EM: 26 NOV. 2018.

FIALHO, C, F. O PERCURSO HISTÓRICO DA LÍNGUA E CULTURA TERENA
NA ALDEIA IPEGUE/AQUIDAUANA/MS. UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM
BOSCO. CAMPO GRANDE, 2010.

HAESBAERT,R. O MITO DA DESTERRITORIALIZAÇÃO: DO “ FIM DOS
TERRITÓRIOS” À MULTITERRITORIALIDADE. 5ª ED. RIO DE JANEIRO:
BERTRAND, 2010.

SILVA.L.F.B.L, BERNARDELLI.M.L.F.H. A CONSTITUIÇÃO DA COMUNIDADE
URBANA ÁGUA BONITA EM CAMPO GRANDE – MS: TERRITORIALIDADE E
IDENTIDADE INDÍGENA. XVIII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. A
CONSTRUÇÃO DO BRASIL: GEOGRAFIA, AÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA.
SÃO LUÍS/MA, 2016.



OLIVEIRA, J. E. DE; PEREIRA, L. M. "DUAS NO PÉ DE UMA NA BUNDA"; DA PARTICIPAÇÃO TERENA NA GUERRA DO PARAGUAI E A TRÍPLICE ALIANÇA À LUTA PELA AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DA TERRA INDÍGENA BURITI. REVISTA ELETRÔNICA HISTÓRIA EM REFLEXÃO. DOURADOS; UFGD: V.1, N.2, JUL/DEZ.2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. DECLARAÇÃO SOBRE OS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. ESCASSEZ E DEGRADAÇÃO DOS SOLOS E DA ÁGUA AMEAÇAM SEGURANÇA ALIMENTAR. 2012B. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.FAO.ORG.BR/EDSAASA.ASP](https://www.fao.org.br/edsaasa.asp)>. ACESSO EM: 23 OUT. 2018.

PEREIRA, R. B.; PINHEIRO, J. B. MANEJO INTEGRADO DE DOENÇAS EM HORTALIÇAS EM CULTIVO ORGÂNICO. BRASÍLIA - DF: EMBRAPA HORTALIÇAS, 2012 (BOLETIM DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO 111). DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.CNPQ.EMBRAPA.BR/PAGINAS/SERIE_DOCUMENTOS/PUBLIC ACOES2012/CT_111.PDF](http://www.cnpq.embrapa.br/paginas/serie_documentos/publicacoes2012/CT_111.pdf)>. ACESSO EM: 23 NOV. 2018.

REIS, A. ATENÇÃO PARA O OÍDIO EM HORTALIÇAS. EMBRAPA HORTALIÇAS. 2012. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.CNPQ.EMBRAPA.BR/PAGINAS/IMPRESA/RELEASES/OIDIO_ EM_HORTALICAS.HTML](http://www.cnpq.embrapa.br/paginas/imprensa/releases/oidio_em_hortalicas.html)>. ACESSO EM: 23 NOV. 2018.

ROESE, A. D.; MASSON, G. L.; OLIVEIRA, H. N. CONTROLE ALTERNATIVO E QUÍMICO DE OÍDIO NO PINHÃO-MANSO. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISA EM PINHÃO MANSO, II, 2011, BRASÍLIA. ANAIS ELETRÔNICOS... BRASÍLIA: EMBRAPA AGROENERGIA, 2011. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://AINFO.CNPQIA.EMBRAPA.BR/DIGITAL/BITSTREAM/ITEM/50323/1/C ONTROLE.PDF](http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/50323/1/CONTROLE.PDF)>. ACESSO EM: 22 NOV. 2018.

SILVA, L. F. V. E (ORG.) COLETÂNEA DA LEGISLAÇÃO INDIGENISTA BRASILEIRA. BRASÍLIA: CGDTI/FUNAI, 2008.